

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012

GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

**“BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA”: A CIRCULACAO DE INFORMACAO ENTRE
EXILADOS BRASILEIROS.**

Comunicação Oral

Thatiana Amaral de Barcelos – UNIRIO
Icléia Thiesen – UNIRIO

thati.amaral@gmail.com

Resumo

O golpe civil-militar de 1964 no Brasil instaurou um regime autoritário que compeliu muitos brasileiros a deixar o país, tornando-se exilados. Em terras estrangeiras foram elaborados vários jornais que compuseram distintas coleções de periódicos. Embora possuíssem objetivos que variavam de acordo com o projeto político da organização que os editava, visavam informar, atualizar e educar politicamente os seus leitores. Diante da dificuldade de se obter informações sobre o Brasil, tais jornais mediavam as representações sobre a realidade brasileira, sempre sob o filtro ideológico da organização revolucionária mantedora. O objetivo desta comunicação é discutir os processos info-comunicacionais que permitiram a circulação de informações entre grupos de exilados. Serão analisados exemplares do jornal "Brasil Mês a Mês na Imprensa", do período de 1975-1979. A análise de conteúdo aponta para resultados que evidenciam o papel da informação sobretudo como reforço identitário dos grupos que sofriam a desagregação própria da experiência do exílio. A teoria da informação é problematizada no sentido de incorporar elementos da identidade e da memória que lhe dão o cimento necessário a sua conservação em diferentes sistemas de informação.

Palavras-chave: exílio; circulação de informações; ditadura militar.

Abstract

The 1964 civil-military coup in Brazil imposed a dictatorial regime that compelled many of Brazilian citizens to face exile. Several newspapers were then edited abroad, composing distinct collections of periodicals; the editing organizations had different goals and political projects, but they intended to inform, update and educate their readers politically. Given the scarce information about Brazil, these newspapers published their version of the Brazilian reality, always under the ideological filter of the organization that backed the edition. This paper intends to discuss the info-communication processes that allowed the flow of information among the exiles. Copies of the newspaper "Brasil Mês a Mês na Imprensa" issued from 1975 to 1979 will be examined. The content analysis indicates the results highlighting the role of information, mainly as certified identity of the groups that suffered the crumbling experience of exile. The theory of information is analyzed in order to incorporate identity and memory elements, which are then connected and conserved in different information systems.

Key-words: exile; circulation of information; military dictatorship.

Introdução

A informação seja por sua relevância, ausência ou excesso, adquiriu posição central em diferentes momentos da história (THIESEN: 2010). Couzinet (2009) utiliza a conceituação proposta por Jean Meyriat para correlacionar o sentido etimológico da palavra informação ao de conhecimento transmitido. Neste sentido, o elo entre a informação e a comunicação seria garantido pela inserção em um processo cognitivo. Se este caráter notório da transmissão da informação é essencial para embasar ações transformadoras, sua ausência provoca a inação e seu excesso, a desinformação.

Em decorrência da importância intrínseca da gestão informacional, governos autoritários ao longo da história brasileira atuaram de forma a controlar o seu acesso por meio da criação de órgãos específicos – Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no governo Vargas e Serviço Nacional de Informações (SNI) durante a ditadura civil-militar, entre outros. Diante de tal cenário, a sociedade civil mais ou menos organizada desenvolveu estratégias de resistência à censura e à desinformação por meio da edição de uma imprensa alternativa ou pela publicação de mensagens cifradas na grande imprensa.

O presente artigo tem como objeto a “imprensa do exílio”, editada no exterior no pós-1964 como uma resistência ao vazio informacional sobre questões brasileiras presente em terras estrangeiras. Analisaremos especificamente a “Brasil mês a mês na imprensa”, revista produzida pelo Partido Comunista Brasileiro em Moscou, a fim de observar os vínculos entre a divulgação das informações e o projeto político mantido por esta agremiação.

O corpo teórico fornecido pela História da leitura, especialmente os conceitos de práticas e representações propostos por Darnton e Chartier, são fundamentais para a compreensão do objeto de pesquisa, uma vez que a leitura dos recortes da realidade brasileira, presentes nas páginas da referida publicação, gerava novas representações entre a comunidade de leitores, embasando novas práticas transformadoras.

Os procedimentos metodológicos utilizados privilegiaram a análise de conteúdo do referido periódico, bem como da literatura das áreas da Ciência da Informação, Memória Social e História, além de entrevistas temáticas que subsidiaram a pesquisa revelando, como veremos, aspectos da “imprensa do exílio” guardados na memória individual de colaboradores da revista.

A esquerda brasileira se exila

O incremento das ações repressivas do governo civil-militar contra os movimentos sociais

que contestavam a implantação de um governo autoritário no Brasil no pós-1964 compeliu muitos brasileiros a cruzar as fronteiras. Algumas destas partidas foram legais, quando os militantes atravessavam para o exterior portando seus próprios documentos a partir de locais remotos do país ou ainda camufladas por viagens para a realização de cursos de especialização. Outras eram clandestinas, muitas vezes contando com o apoio logístico de organizações revolucionárias que providenciavam toda a documentação necessária. Posteriormente, também ocorreram transferências “oficiais”, por meio da soltura de presos políticos sob o estatuto do banimento¹.

Independente de como ocorreram as partidas, a discordância com o regime político instaurado, além dos riscos e constrangimentos que um possível retorno implicaria àqueles que atravessaram as fronteiras, transformou-os em exilados². Para muitos destes militantes, o exílio era percebido como um tempo em suspenso³, sempre a espera de uma mudança na conjuntura que garantisse a continuidade da militância política interrompida no Brasil.

Rolleberg (1998) menciona duas grandes vagas ou gerações de exilados brasileiros. A primeira decorrente da repressão às organizações revolucionárias que promoviam a luta armada, sobretudo após a publicação do AI-5⁴ e as prisões, assassinatos e torturas que se seguiram. Muitos dos militantes que deixaram o país nesse contexto se dirigiram para a América Latina com a

¹ O Ato Institucional número 13, publicado em 5 de Setembro de 1969, determinava “(...) o banimento do território nacional de brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional” (<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais#content>). Tal medida foi instituída em decorrência do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick em 4 de setembro de 1969.

² Estima-se que entre 5.000 e 7.000 (CHIRIO *apud* ABREU: 2010, p.80) brasileiros foram submetidos a condição de exilados durante o governo militar, dentre estes 130 banidos.

³ O *destempo* é um termo cunhado por Miriam Volpe (VOLPE: 2005, p.82) para representar uma realidade própria do exílio. Despojado de sua terra e dos acontecimentos que ocorreram neste território, o exilado vive duas dimensões temporais cujo passado é tiranizado pelo presente. Um tempo em suspenso em que estas ausências são compensadas pela nostalgia deste tempo e territórios deixados para trás. Desta forma, o exílio seria definido pela relação entre o desejo de retornar e a impossibilidade de concretizá-lo.

⁴ O Ato Institucional número 5, publicado em 13 de dezembro de 1968, promoveu o fechamento do regime por meio do incremento dos poderes do Executivo. Dentre suas providências estão: “(...) suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores” (<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais#content>).

expectativa de um “breve retorno” que possibilitasse a reintegração à luta em desenvolvimento no país natal.

Com a instauração de governos ditatoriais em diversos pontos da América Latina⁵, sobretudo após o golpe militar de Pinochet no Chile, houve a dispersão dos brasileiros pela Europa. Para Rollemberg (1998), apenas neste momento muitos sentiram que o exílio realmente havia começado em decorrência da violência empreendida pelo regime militar chileno contra os diversos segmentos da esquerda, bem como a transferência forçada o velho continente e suas paisagens, idiomas, clima e cultura diferentes daqueles vivenciados no Brasil.

As transferências dos militantes do PCB ocorreram em uma conjuntura diferente dos demais segmentos da esquerda brasileira. Em 1974, a vitória do MDB em grandes cidades brasileiras demonstrou a fragilidade do regime vigente. Associado a este fato há a desestruturação de grande parte das organizações de luta armada ao longo daquela década.

Tais fatos, associados ao início de um processo de transição negociada que previa a “abertura lenta, gradual e segura” a partir do governo Geisel, resultaram no aumento da repressão a segmentos que exerciam influência na oposição por vias parlamentares. Elílio Gaspari afirma que a ofensiva do governo militar contra o PCB, neste contexto, não visava somente desestruturar esta agremiação, mas também estabelecer os vínculos que ligavam o partido à oposição legal. O objetivo era identificar os candidatos da legenda do MDB que fossem ligados ao partido (GASPARI: 2002, p.27).

Sob comando do chefe do Destacamento de Operações de Informações em São Paulo (DOI-SP), coronel Aldir dos Santos Maciel, um grupo secreto recebeu a orientação de executar os membros do Comitê Central (CC). Entre o final de 1974 e meados de 1975, nove membros do CC⁶ foram assassinados pelos órgãos policiais. A “Operação Radar”, como assim foi denominada, também provocou a destruição de gráficas clandestinas, desmantelamento de

⁵ Durante as décadas de 1960 e 1970, houve o processo de militarização da América Latina com a instauração de governos militares em diversos países, entre eles: Argentina (1966-1973), Chile (1973-1990), Bolívia (1964-1982), Paraguai (1954-1989) e Uruguai (1973-1985). Tais países se uniram com o Brasil em uma aliança militar, a chamada “Operação Condor” para coordenar a repressão e neutralizar a ação de movimentos de esquerda atuantes nestes países.

⁶ Os nove membros do Comitê Central assassinados pelos órgãos de repressão foram David Capistrano, Luis Inácio Maranhão, João Massena Melo, Élson Costa, Itair Veloso, Orlando Bonfim, Jaime Miranda, Hiram Lima e Walter Ribeiro. (PANDOLFI, 1995, p.210)

diretórios nos estados e a prisão de 679 militantes (Traição e extermínio. IstoÉ Independente: 31 de março de 2004).

Diante da escalada da repressão e da impossibilidade de garantir a segurança dos militantes, deliberou-se pela sistemática transferência dos sobreviventes do Comitê Central (CC) para outros países. Foi acordada a manutenção de um terço dos membros do CC no exterior para que estes auxiliassem a reorganização do partido caso ocorressem significativas baixas no território nacional. A cada dois anos seriam promovidas eleições para efetuar a troca destes dirigentes por aqueles que permaneceram no Brasil. No entanto, este esquema foi suspenso em decorrência da impossibilidade de garantir a segurança dos militantes. Tal fato foi evidenciado, em 1972, após a prisão do dirigente Fued Saad quando retornava ao Brasil a partir da fronteira com o Uruguai.

Em terras estrangeiras, os segmentos da esquerda brasileira que se encontravam na situação de exilados, desenvolveram diversas atividades – campanhas de denúncias contra o governo militar, inserção na mídia internacional, organização de um tribunal para julgar os crimes contra a ditadura, produções artísticas e culturais, entre outras - que exerciam uma resistência, real ou simbólica, contra o governo civil-militar brasileiro. Entre estas iniciativas, destacamos a produção de uma imprensa do exílio (ROLLEMBERG:1999).

O acervo consultado⁷ possui mais de 50⁸ títulos diferentes de jornais e revistas brasileiros editados entre 1964 e 1979 por organizações revolucionárias ou como iniciativa individual de militantes que cumpriam o exílio em, pelo menos, 18 países diferentes, como México, Peru, Costa Rica, Chile, Itália, França, Bélgica, Suécia, entre outros. Apesar dessa diversidade, houve a concentração da produção em alguns países: o Chile abrigou cerca de 10 títulos, enquanto que a França outros 13.

Embora cada publicação cumprisse objetivos específicos dos grupos que a produziam, como o já ressaltado em trabalhos anteriores, (BARCELOS: 2008; BARCELOS: 2011) – entre eles: promover a agitação e propaganda política, divulgar a produção cultural brasileira no

⁷ O acervo - disponível no Centro de Documentação e memória da UNESP (CEDEM) e no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) - foi adquirido junto ao Archivio Storico Del Movimento Operario Brasiliano (ASMOB), da Fundação Giangiacomo Feltrinelli, de Milão.

⁸ Esse quantitativo não é definitivo, uma vez que a Fundação Vladimir Herzorg faz referência a 120 títulos de jornais e revistas produzidos por brasileiros no exterior durante o referido período.

exterior, denunciar a violência empreendida pelo regime militar, informar aos exilados sobre os principais acontecimentos da dinâmica brasileira – tais publicações possuíam características que as configuravam como uma “imprensa do exílio”.

A produção de periódicos foi uma prática recorrente entre os diversos segmentos da esquerda brasileira. Durante o referido período, coexistiram no Brasil diversos títulos da imprensa alternativa (ARAÚJO:1998; KUCINSKI: 1991) e militante. A primeira surgiu diante do fechamento dos canais oficiais de expressão e caracterizava-se pela oposição aos discursos oficiais, combate político-ideológico à ditadura, crítica ao modelo econômico vigente e rejeição aos objetivos mercantis presentes na grande imprensa. Contudo, diferente da imprensa militante, possuía um espaço de circulação, ainda que limitado, nos canais oficiais de comunicação. Para o autor “(...) apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo” (KUCINSKI: 1991, pp. XVI-XVII).

Por outro lado, a imprensa militante circulava na clandestinidade e era mantida por organizações revolucionárias. Lincoln de Abreu Penna (2007) caracteriza essa imprensa pelo seu enfoque político-pedagógico de orientações comunistas, popular-progressistas, operárias ou socialistas. Sua função era se tornar um instrumento que difunde, congrega e articula as informações a fim de veicular conteúdos ideológicos e programáticos de uma corrente política. Inserida nesta categoria, a imprensa comunista possuía funções gerais de: informar os militantes; formar política e ideologicamente os membros do partido; e dialogar com segmentos da esquerda, sobretudo o público não comunista (PANDOLFI:1995, p.21).

Embora os periódicos editados por exilados brasileiros possuam algumas características semelhantes àquelas apresentadas pelas imprensas alternativa e militante, como a promoção de uma crítica social e - diante do fechamento dos canais convencionais de comunicação – resistência, suas especificidades na forma de organização e nos objetivos propostos a inserem nesta categoria de uma “Imprensa do Exílio”. Tais jornais, além de transmitir notícias sobre um Brasil deixado por alguns há mais de 15 anos, também atuaram na coesão social de diferentes segmentos da esquerda exilada.

A proposta da revista “Brasil mês a mês na Imprensa”⁹, por exemplo, era produzir um

⁹ A revista “Brasil Mês a Mês na Imprensa” foi editada mensalmente pelo PCB em Moscou entre agosto de 1975 e junho de 1979.

clipping de notícias que fornecesse “um resumo documental e crítico do que se publica no Brasil e no exterior” afim de atualizar os exilados sobre as mudanças em curso no país para facilitar a reinserção na luta quando se procedesse o retorno. Diante das dificuldades de mobilidade entre os militantes sediados em distintos países, a revista se converteu em um elo de ligação entre os militantes (PANDOLFI: 1995), bem como forneceu a leitura oficial do partido sobre os acontecimentos brasileiros. Por outro lado, diferente de outras publicações do PCB, cuja edição foi transferida para o Brasil com o decreto da Anistia, a “Brasil mês a mês na imprensa” foi extinta após este acontecimento. Tal fato evidencia o esgotamento do projeto político que originou a publicação com o fim do exílio.

O presente trabalho pretende analisar a coleção de periódicos da “Brasil mês a mês na Imprensa” a partir da perspectiva teórica oferecida pela história da leitura, sobretudo os conceitos de “Práticas e Representações”¹⁰ propostos por Darnton (1990) e Chartier (1991). O objetivo é discutir o uso da informação como um elemento de coesão social mediante a observação dos vínculos existentes entre os fragmentos da realidade brasileira, noticiados em “Brasil mês a mês na imprensa” durante o exílio, e o projeto político defendido pelo PCB.

Os conceitos de “práticas” e “representações” possuem convergência com o “Circuito de comunicação” proposto Robert Darnton (DARNTON: 1990, p.112). Esta perspectiva se refere ao ciclo de vida das publicações impressas, englobando o autor, editor, impressor, distribuidor, vendedor e o leitor. O público leitor encerra este circuito pois, para Darnton, influencia o autor antes e depois do ato de composição.

Portanto, os “circuitos de comunicação” englobam todas as etapas do processo de transformação do pensamento em letra impressa e a posterior reconversão desta em pensamento pelo público de leitores de acordo com as especificidades no tempo e espaço no qual o processo é realizado. Também são incorporadas ao corpo de análises as relações entre aquilo que foi publicado e os demais sistemas (econômico, político, social e cultural) que compõem a dimensão do vivido.

A Imprensa do Exílio: “Brasil mês a mês na imprensa”

¹⁰ Para Chartier, em “O mundo como representação”, a produção de bens culturais por meio da leitura mobiliza determinadas práticas e gera determinadas representações no processo de conversão do pensamento em letra impressa. Na outra ponta deste processo está situado o público leitor que promove a decodificação do texto durante a leitura, gerando novas representações e mobilizando novas práticas.

O periódico “Brasil mês a mês na imprensa” foi editado pelo PCB em Moscou durante o período compreendido entre agosto de 1975, quando houve a intensificação das ações repressivas contra o PCB no Brasil, e junho de 1979, após a promulgação da lei 6.683/79 que garantia a Anistia aos presos políticos. A idéia da elaboração do jornal surgiu no apartamento de Prestes, onde os editores Francisco Inácio e Severino de Melo entraram em contato com recortes das principais publicações brasileiras (Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, O Globo, Opinião, Movimento e Crítica, além das revistas Visão e Veja). Este material era enviado periodicamente por Lygia Prestes a contatos do PCB sediados na Europa por meio de envelopes remetidos com pseudônimos que, posteriormente, eram repassados a Prestes.

De acordo com os editores, o objetivo do jornal era acompanhar o desenvolvimento dos acontecimentos da dinâmica nacional para fornecer uma informação abrangente do que de significativo ocorria no Brasil e, assim, facilitar a reintegração dos exilados brasileiros na luta quando se procedesse o retorno. Este esforço em atualizar os exilados sobre o Brasil se fez necessário diante da dificuldade de se obter informações no exterior.

“Os fatos mais importantes vividos no Brasil chegam truncados ou não chegam a muitos brasileiros residentes no exterior. E, nunca como agora, torna-se imprescindível acompanhar o desenrolar desses fatos, de forma a melhor entender as mudanças que vem ocorrendo e poder melhor contribuir na luta contra a ditadura fascista, em busca de uma democracia política, econômica e social.

Com o objetivo de suprir essa falta é que o Partido Comunista Brasileiro pretende oferecer, mensalmente, aos seus membros e simpatizantes, um retrato, o mais exato possível, das diferentes esferas da vida brasileira (econômica, política, social, cultural e etc.)” (BMM, agosto de 1975, p.3).

Segundo Arthur José Poerner¹¹, informações sobre o país eram veiculadas esparsamente na imprensa internacional ou nos caros exemplares de periódicos brasileiros que chegavam ao exterior. Estes últimos eram obtidos por meio de bancas especializadas ou enviados do Brasil pelo correio. Mas também havia aqueles militantes que se deslocavam para as agências e aeroportos da companhia aérea “Varig” para ler revistas e jornais brasileiros disponibilizados gratuitamente para os passageiros.

A “Brasil mês a mês na imprensa”, portanto, objetivava preencher esse vazio

¹¹ Entrevista com Arthur José Poerner, concedida a Thatiana Barcelos em 29 de abril de 2008.

informativa, representando também uma resistência contra a alienação no exterior. O que era particularmente relevante para o grupo em questão, uma vez que a causa do exílio foi justamente a atuação política em um projeto social transformador, para o qual a informação era imprescindível ao seu embasamento.

Neste sentido, era produzido mensalmente um clipping de 63 páginas com notícias publicadas nos principais jornais e revistas nacionais. Essas matérias eram reescritas para demonstrar o desenvolvimento de fatos ao longo de um determinado mês.

“Colocávamos em aspeado o que era interessante, um comentário antes ou depois ou sem comentários, fãmos dando a informação. Para não acharem que estãvamos inventando uma derrota da ditadura, uma crise importante, do ponto de vista social, algum movimento novo que tivesse surgido. Para as pessoas verem que aquilo era realmente um dado da realidade... Não enfeitãvamos nem colocãvamos mais feia a realidade. Era tal como acontecia. E [a edição da revista] foi se tornando empolgante pela ausência absoluta de informações”¹².

A alteração no contexto original do material publicado, mediante a reelaboração do texto, o preenche de novos significados. Receber mensalmente a seleção de notícias sobre a pátria, quanto se está isolado dos referenciais que orientaram sua própria existência e impossibilitado de retornar àquele território em decorrência de sua atividade política e revolucionãria, se diferencia da forma de leitura que ocorria no Brasil entre grupos de formações políticas e condições sócio-econômicas distintas. Além disso, no contexto original no qual a veiculação das matérias fora pensado, estas se encontravam dispersas entre os demais assuntos discutidos diariamente na mídia nacional. Desta forma, as posições ideológicas se manifestam não só na seleção e disposição das matérias na revista, mas também nas estratégias argumentativas do texto publicado.

Os exemplares eram impressos no Instituto da América Latina da Academia de Ciências da antiga União Soviética sem custos para os editores. Verificamos que este apoio material de uma organização internacional foi fundamental para garantir a perenidade da publicação, diferente de grande parte dos demais títulos da imprensa dos exilados que não conseguiram garantir sua publicação regular.

¹² Entrevista com Francisco Inácio de Almeida concedida Thatiana Barcelos, em 07 de junho de 2008.

O primeiro texto que se segue ao sumário exerce a função de um editorial. Embora este não indique, necessariamente, a perspectiva editorial sobre a interpretação das notícias, fornece um comentário das matérias consideradas mais relevantes no referido mês, além de discutir alguns tópicos que serão aprofundados nas matérias subseqüentes. Em dezembro de 1976, por exemplo, os editores escreveram sobre o tradicional pronunciamento de final de ano proferido pelo General Geisel. Na ocasião, este enumerou os êxitos obtidos em seu governo e previu dificuldades econômicas para o ano de 1977.

“O tom algo apocalíptico e ameaçador dos discursos oficiais encerra um propósito evidente de criar ambiente para medidas autoritárias. E, pela lógica fascista, não poderia ser diferente” (BMM, dezembro de 1976,p.4).

Diferente de outras publicações do PCB, como a “Voz Operária”¹³, o objetivo desta revista não era veicular as posições oficiais do partido para os seus militantes. Desta forma, a revista era destinada a um público vasto de exilados, independentemente de suas convicções políticas. De acordo com os editores, a revista era remetida para um quantitativo entre 1500 e 2000 pessoas. O recorte da realidade apresentada e o próprio enfoque das matérias retratavam a lente ideológica do partido ao qual eram submetidas.

A partir das revistas eram observados os grandes processos em curso no país, como a violência empreendida na repressão dos movimentos sociais, as greves do ABC paulista, a discussão sobre a reestruturação partidária (junho de 1976), a ascensão do terrorismo de direita, as expectativas sobre a convocação de uma constituinte (dezembro de 1977), a ação do Comando de Caça Comunista (dezembro de 1978), entre outros temas.

Contudo, o enfoque das matérias apresentadas pelo periódico demonstra a percepção do exílio como um espaço limitado para a transformação social e atuação política, já que estas seriam possíveis de serem realizadas em sua plenitude com o retorno dos brasileiros. Desta forma, embora a revista possuísse mais de 60 páginas, apenas 3 destas eram destinadas a noticiar as realizações dos militantes no exílio por meio da coluna “O Brasil no exterior”. Esta promovia a divulgação de notícias sobre o Brasil veiculadas na mídia internacional, eventos acadêmicos que promoviam a discussão sobre questões brasileiras, novas publicações editadas no exterior

¹³ A “Voz Operária” foi uma publicação oficial do PCB que circulou nacionalmente até 1976, quando a edição foi transferida para o exterior devido à invasão pelos órgãos de repressão, em 1975, da gráfica do partido que se situava em Campo Grande.

pelos brasileiros, campanhas internacionais de solidariedade, entre outros.

O edital de encerramento da publicação nos fornece outro dado que ressalta a inserção da edição da revista em um projeto político que percebia o exílio como um espaço de atuação limitado e temporário, sempre a espera de uma conjuntura favorável ao retorno. Tal percepção foi mencionada na reconstrução das expectativas sobre a criação da publicação:

“Ao contrário do que normalmente ocorre com as publicações periódicas, nossos desejos eram de que, a curto prazo, nos tornássemos desnecessários, com o retorno à Pátria. Isto porque nossa existência se devia apenas à necessidade de ser posta à disposição de brasileiros exilados uma informação abrangente do que de significativo ocorria no Brasil, vivendo sob o julgo de uma ditadura militar-fascista” (BMM, Junho de 1975, p.3).

Embora o público-alvo pretendido pelo periódico não se restringisse aos militantes do PCB, também eram publicados documentos oficiais do partido. A edição de agosto de 1975, por exemplo, veicula “Uma mensagem ao Povo Brasileiro” assinada pelo Secretario Geral do PCB, Luis Carlos Prestes. O documento critica o acordo nuclear firmado entre o governo brasileiro e a República Federal Alemã.

Outra matéria, publicada em dezembro de 1977, apresenta um recorte de notícias veiculadas na imprensa nacional. As mesmas citam diversas personalidades políticas que se pronunciam favoravelmente pela legalização do PCB. Tal fato ressalta a perspectiva de existência de um movimento de massas em apoio ao partido.

“Como afirma a recente Nota da Executiva do PCB, a legalização do Partido Comunista Brasileiro, num quadro democrático, ‘deixou de ser uma reivindicação exclusiva dos comunistas’, existindo ‘hoje setores ponderáveis das correntes de opinião e pensamento do país que compreendem a impossibilidade de marginalizar os comunistas da vida nacional. E isto se dá exatamente porque a nossa influência aumenta no seio das massas populares” (BMM, dezembro de 1977, p.20).

A leitura do PCB sobre os acontecimentos da política nacional era expressa de forma mais ou menos explícita. A própria justaposição das notícias, utilizando os dados da imprensa nacional, reforçava a argumentação do partido sobre sua interpretação dos fatos. Mas também havia alguns espaços onde se veiculava a opinião oficial do PCB. Esta geralmente precedia um texto no qual era apresentada uma importante questão nacional. Na edição de agosto de 1976, por exemplo, o texto “MDB levanta bandeira da conciliação nacional” aponta o suposto incremento

na grande imprensa do uso de expressões, como “União Nacional”, “Conciliação Nacional” e “Reconciliação”, em matérias que se referiam ao MDB, denotando um possível interesse desta agremiação em firmar uma trégua entre o governo e a oposição.

Logo após este texto, foi publicada a “Posição dos Comunistas” na qual ressalta-se a necessidade de que a suposta “reconciliação” ocorresse com o restabelecimento das liberdades políticas.

“Consideramos que a reconciliação nacional só estará efetivamente alcançada quando houver igualdade de direitos entre todos os brasileiros e estiverem asseguradas as liberdades democráticas, que devem expressar-se, entre outras coisas, pelo direito de reunião, de manifestação livre do pensamento, de associação – inclusive, a organização de partidos políticos e, entre estes, do Partido Comunista – o direito de greve e a liberdade sindical. Finalmente, a reconciliação nacional exige a anistia geral de todos os presos e condenados políticos” (BMM, agosto de 1976, p.17).

A coluna “O PCB em foco” era um espaço utilizado para divulgar notícias sobre o PCB veiculadas na mídia nacional. Na edição de junho de 1975, por exemplo, a referida coluna publicou uma matéria da revista “Veja” na qual se discutia expectativa de legalização do partido diante dos avanços no processo de abertura política.

“Com a Anistia, cai o pano sobre uma das falsas questões nacionais, aquela segundo a qual o governo pode fazer com que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) deixe de existir. Quinze anos de vigilância, prisões e desaparecimentos mostraram que a repressão pode até mesmo conseguir que o PC, momentaneamente, recue sua linha de comando para a Europa – mas é impossível fazer com que ele desapareça. Portanto, a verdadeira questão não é saber se ele existe ou não, mas se deve existir na legalidade ou na clandestinidade(...)” (Veja *apud* Brasil mês a mês na Imprensa, junho de 1976, p.25)

A revista também acompanhava o processo eleitoral no Brasil. Tal fato é decorrente do projeto político defendido por segmentos do partido que previam a ascensão ao poder por vias pacíficas e parlamentares. Neste sentido, as matérias apresentam os avanços políticos obtidos pelo MDB, bem como suas contradições internas.

“Dentro da violenta campanha anticomunista, desencadeada pela ditadura militar fascista, que objetiva, dentre outras coisas, criar o pânico e o terror entre as forças democráticas e antifascista, a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo distribui nota à imprensa, referindo-se ao inquérito enviado à Justiça Militar e onde se pretende configurar as ligações dos deputados oposicionistas Marcelo Gatto (federal), Alberto Goldman e

Nelson Fabiano (estaduais) com o Partido Comunista Brasileiro” (BMM, dezembro 1975, p.14).

Entre as contradições apresentadas está a possível ligação entre políticos emedebistas com o partido situacionista, sobretudo no nordeste.

“No Maranhão, cada ala emedebista é, na verdade, uma dissidência da Arena, e o único deputado federal, o ex-prefeito Epitácio Cafeteira, é um sólido aliado do governador arenista Nunes Freire (Veja, 2)” (BMM, agosto de 1978, p.10).

Este acompanhamento dos acontecimentos que dizem respeito ao partido da oposição, também pode ser interpretado como conseqüência da apropriação, no discurso dos militantes, das vitórias conquistadas pela oposição oficial em decorrência de um suposto “entrismo” realizado pelos parlamentares pecebistas no MDB desde que seu partido original foi impossibilitado de existir legalmente. No entanto, diferente de outras publicações do PCB, a “Brasil Mês a Mês na Imprensa” não promove uma explícita identificação com as vitórias eleitorais obtidas pelo partido da oposição, o MDB.

“Os resultados oficiais das eleições parlamentares de 1978, agora divulgados pelos TRE de todos os Estados, revelam a vitória do MDB em número de votos não só para o Senado, mas também para as Assembléias Legislativas, embora com diferenças decrescentes: 4,4 milhões de votos para o Senado e 106 mil para as assembléias. A Arena venceu em número de votos apenas para a Câmara dos Deputados, com uma diferença de 152.817 a seu favor e, em número de cadeiras conquistadas, venceu nos três níveis” (BMM, dezembro de 1978, p.11).

Por outro lado, o discurso adotado na revista “Voz Operária” se apropria dos resultados eleitorais conquistados pelo MDB no pleito de 1978 como uma vitória obtida por todos os segmentos oposicionistas, independente de sua filiação política, o que demonstraria o descontentamento popular em relação ao regime estabelecido.

“As eleições, ao mesmo tempo em que assinalam um aumento da influência das forças oposicionistas, de modo geral, registraram a eleição ou reeleição de candidatos cujos compromissos com a luta popular e democrática são profundos. O aumento do prestígio do MDB como partido político e o reforçamento de uma corrente popular em seu interior abrem a possibilidade de formação de um bloco parlamentar democrático que unifique as diversas correntes democráticas existentes hoje no Congresso” (VO, dezembro de 1978, p.1).

Portanto, em linhas gerais, o MDB foi citado com maior ênfase em dois momentos. O primeiro, conforme já mencionado, ocorreu durante os processos eleitorais no Brasil. Enquanto que o segundo foi resultado da discussão sobre fatos ocorridos no âmbito do legislativo, como o debate acerca da reestruturação partidária, prevista no processo de distensão política e cassação de mandatos de parlamentares.

“(...) Eles [10 senadores do MDB] vão lutar para impedir a extinção do MDB, mas, se isso ocorrer, fundarão de imediato ‘o novo MDB’, no qual, porém, não pretendem aceitar ‘nem os extremistas e nem os adesistas (...)’ (BMM, junho de 1975, p.16).

O “Brasil Mês a Mês na Imprensa”, além de se configurar como importante ferramenta de divulgação do projeto político do PCB e de reforço identitário no contexto do exílio, também promovia uma crítica à manipulação e controle das informações veiculadas na grande imprensa nacional sob auspício da censura. Sobre a publicação de uma “nota da oposição”- assinada pelo deputado Ulisses Guimarães, presidente do MDB- que criticava o pronunciamento de Geisel em 1º de Agosto de 1975, o periódico afirmava:

“(...) Coincidentemente, no dia 8-8, em editoriais de 1ª pg. ‘O Globo’ afirmava ser a nota ‘inadequada e inautêntica’, e o JB apressava-se em criticar a posição do MDB, considerando-na ‘emocional e intempestiva’. Já o Estadão, colocando-se em defesa do pronunciamento da oposição e não vendo razões para tanto estardalhaço do Palácio do Planalto e da Arena(...)”(BMM, agosto de 1975, p. 13-14).

A matéria “Três conclusões principais a respeito da conjuntura”, publicada pelo editor do jornal “Movimento”, denuncia a ilusão de que a ditadura haveria acabado no período de distensão política. Entre as críticas promovidas, o autor ressalta a permanência do controle aos meios de comunicação:

“O gal. Figueiredo utiliza o monopólio dos meios de comunicação de massa mais amplos para vender uma nova imagem do regime à grande maioria descontente mas despolitizada e silenciosa. E setores mais reacionários e fascistas agem numa clandestinidade impune” (BMM, agosto de 1978, p. 23).

Em dezembro de 1978 foi publicada outra matéria que critica o controle das informações pelo governo. “A máquina da corrupção” denuncia o uso do SNI para acompanhar a recontagem de votos, intimidar o MDB, constranger os eleitores a votar na ARENA e interferir na apuração

dos votos. Diante de tais denúncias, o presidente nacional do MDB, Ulisses Guimarães, propôs a criação de uma CPI para investigar o órgão.

“(…) [Ulisses Guimarães] pediu que se faça ‘uma devassa’ para saber o que é o SNI, o que faz esse órgão e quanto custa mantê-lo. ‘Chegou o momento de sabermos o que é o SNI, qual a sua configuração jurídica, se é que ele a tem. O que a nação não pode é pagar por um organismo para ser espionada” (BMM, dezembro de 1978, p.13).

Ainda existiam outras colunas fixas como “O exército e a política” que veiculava informações sobre pronunciamentos e reuniões oficiais de notórios representantes do Alto Comando das Forças Armadas. “A Igreja e a política” divulgava ações de movimentos sociais eclesiais contra o governo militar. “O Brasil da violência” noticiava informações sobre tortura e ações repressivas empreendidas pelo governo militar. O “Brasil do Trabalho” reunia as notícias sobre greves e movimentos operários. O “Brasil da Economia” acompanhava a crise que havia se instaurado com o esgotamento do milagre econômico. Enquanto que “O Brasil da Juventude” discutia ações do movimento estudantil e “O Brasil da cultura” debatia a censura contra obras artísticas e acadêmicas.

Conforme podemos observar, pouco mais da metade das colunas fixas que organizavam as notícias veiculadas na revista abordavam temas referentes à atuação dos movimentos sociais. A recorrência desta temática está de acordo com o projeto político do PCB que previa a ascensão ao poder por meio de um amplo movimento de massas. Embora a revista acompanhasse os processos em curso no Brasil, a ênfase na divulgação da ação de movimentos sociais atuantes em diversos pontos do país superdimensionava tais acontecimentos.

A edição da revista “Brasil Mês a mês na Imprensa”, inserida no projeto semelhante que originou a “imprensa do exílio”, movimentava determinadas práticas e criava representações: o modo como o texto foi escrito, a seleção do material para compor as páginas da publicação, os enfoques das matérias, entre outras. A distribuição das publicações entre o público também contribuía para a difusão de novas práticas e criação de novas representações. Desta forma, as matérias difundidas por esta categoria de imprensa se transformavam em representações coletivas que conduziam a práticas potencialmente transformadoras.

Considerações finais

A imprensa do exílio tem como problemática central a informação, segundo as dimensões

sinalizadas por Thiesen (2010), como relevância, excesso ou ausência. Conforme já mencionado, o exílio no pós-1964 foi consequência da atuação política para transformar a sociedade em um regime governamental autoritário. Em tais condições a atualização sobre as questões brasileiras se tornou imprescindível para embasar aquele projeto ou para possibilitar a transformação das estratégias de luta de acordo com a alteração da conjuntura nacional.

Apesar da relevância da informação para os exilados, observamos as dificuldades enfrentadas pelo grupo em questão para receber notícias sobre o Brasil, seja pelas restrições à mobilidade ao referido grupo, pelos elevados custos que as publicações brasileiras adquiriam em terras estrangeiras ou pela rara menção do país na imprensa internacional. Diante da escassez de informação, a imprensa do exílio apresentava recortes da realidade brasileira, sempre a partir da lente ideológica da organização que a editava.

Entre as coleções disponíveis para consulta no acervo, a revista “Brasil mês a mês na imprensa” se configurou como um objeto significativo para observar as questões abordadas em decorrência da perenidade de sua edição, cerca de 4 anos, e do apoio institucional de uma organização política consolidada no cenário nacional e internacional. Conforme observamos, a edição deste periódico também esteve inserida em um projeto típico do exílio, uma vez que visava informar os exilados para garantir a sua atuação política no Brasil.

Apesar da referida publicação ser destinada a um grupo de exilados de heterogêneas orientações políticas, verificamos a presença de um significativo espaço para a divulgação de questões específicas para o público comunista, sobretudo através da coluna “PCB em foco” e de matérias que abordavam personalidades do partido ou a própria interpretação dos mesmos de acontecimentos nacionais.

Por outro lado, observamos ênfase na divulgação de notícias que estabeleciam uma estreita ligação com o projeto político defendido pelo PCB. A recorrência de notícias que acompanhavam o processo eleitoral brasileiro está de acordo com o projeto político de segmentos do PCB que defendiam a ascensão ao poder por vias pacíficas e parlamentares, enquanto que o destaque dado às notícias que abordavam questões relativas aos movimentos sociais estava relacionado com a percepção de que a derrubada do governo ditatorial seria resultado de um amplo movimento de massas. Portanto, a informação neste caso, mais do que orientar a ação, foi imprescindível para o reforço da coesão do referido grupo no contexto do exílio, solidificando uma identidade própria da condição de exilados: fragmentada e desagregada, mas ainda assim

(in)formada.

Os processos info-comunicacionais¹⁴ veiculadores de informações sobre o Brasil, certamente mediadas pela imprensa militante, com suas linhas de pensamento, formaram leitores distantes do contexto nacional. As representações construídas no exílio em situação de ruptura com as práticas políticas ainda precisam ser estudadas mais detidamente para a compreensão do imaginário do exílio, o que faremos no prosseguimento da pesquisa.

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.
- BARCELOS, Thatiana. **A imprensa do Exílio**. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 2008. Monografia apresentada a Escola de Comunicação da UFRJ como requisito para obtenção do grau de bacharel em jornalismo.
- BARCELOS, Thatiana. **Rumo ao Exílio: imprensa, política e identidade** in THIESEN, Icléia (org.). **Imagens da clausura na Ditadura de 1964 : informação, memória e história**. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2011.
- Brasil Mês a Mês na Imprensa**. Moscou: agosto de 1975 a junho de 1979.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: Estudos Avançados, n° 11, 1991.
- CHIRIO, Maud. **Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire (1964-1979)**. Mémoire de DEA. Paris : Universidade Paris 1, 2004 *apud*
- COSTA, Albertina de O. (org.). **Memória das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CHIRIO, Maud. **Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exilés brésiliens en France (1968-1979)**. Cahiers d'Amérique Latine, n. 48-49, 2006.
- COUZINET, Viviane (dir). **Dispositifs info-communicationnels : questions de médiations documentaires**. Paris : Hermes Science ; Lavoisier, 2009.

¹⁴ Couzinet (2009) define como dispositivos o domínio de uma lógica organizacional própria à técnica dos ofícios dos quais depende, das normas e das competências, como também dos *habitus* dos seus autores. A aplicabilidade deste conceito ao campo info-comunicacional refere-se aos suportes físicos que dão acesso a conteúdos ou que atuam como intermediários entre o usuário e o documento, divulgando o conhecimento.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários.** São Paulo: Edusp, 1991.

PCB: Vinte Anos de Política 1958-1979. São Paulo, LECH, 1980.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Imprensa e política no Brasil – a militância jornalística do operariado.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

ROLEMBERG, Denise. **Exílio: entre Raízes e Radares.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Fabrício Pereira da. **Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992).** Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2005.

SOUSA, Raimundo Alves. **Os desconhecidos da História da Imprensa Comunista.** Rio de Janeiro: Editora Gráfica Sindical, 2005.

THIESEN, Icléia (org.). **Imagens da clausura na Ditadura de 1964: informação, memória e história.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

THIESEN, Icléia. **"Inteligência Informacional" e Ciência da Informação: um esboço de trajeto.** In: XI ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informações, 2010, Rio de Janeiro. XI ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. Rio de Janeiro: IBICT, ENANCIB, 2010. v. XI. p. 1-18.

THIESEN, Icléia. **Documento "sensível" e informação (in)acessível?.** In: XII ENANCIB Políticas de Informação para a sociedade, 2011, Brasília. Anais do XII ENANCIB Políticas de Informação para a sociedade. Brasília, DF : UnB, 2011. v. 12. p. 226-239.

Traição e extermínio. IstoÉ Independente: 31 de março de 2004.

VOLPE, Miriam. **Geografias de exílio.** Juiz de Fora: Edufjf, 2004.

Voz Operária. Paris: Dezembro de 1978.

